Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

Demonstrações Financeiras

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

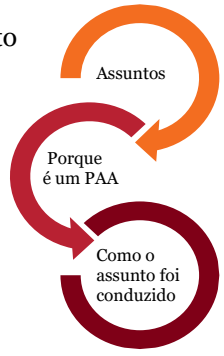
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento da receita de Suprimento de energia elétrica (Notas 1.1, 4 e 19)	
Conforme descrito nas notas explicativas nº 1.1, 5 e 20 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do suprimento de energia elétrica comercializada na condição de Produtor Independente, nos termos estabelecidos pelo contrato de concessão. Os contratos de venda de energia firmados pela Companhia foram comercializados no Ambiente de Contratação Livre - ACL e no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. A contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca do suprimento de energia corresponde ao fator entre o volume liquidado fisicamente e o preço de liquidação das diferenças (PLD) da energia.	Nossa abordagem de auditoria inclui, entre outros, a avaliação do desenho controles internos da Companhia relacionados aos cálculos utilizados para mensurar a receita. Adicionalmente, examinamos as planilhas de controle da receita e executamos testes de recálculo dos valores considerando os dados e informações contidos no contrato de concessão e contratos de venda de energia. Também avaliamos as divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.
Realização de créditos tributários diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 6)	
A Companhia apresentou, em 31 de dezembro de 2024, saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de Imposto de Renda, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias no montante de R$ 88.726 mil. Esses valores são registrados na medida em que a administração considera que as operações da Companhia gerarão lucros tributáveis futuros suficientes para a utilização desses créditos. A administração realiza projeção dos lucros tributáveis futuros, a qual requer o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas utilizadas nas projeções, como quantidade física de energia (MWh), preços contratados, taxa de desconto, entre outras variáveis. Por esse motivo e também pela magnitude dos valores em relação à posição patrimonial da Companhia, consideramos este assunto como um Principal Assunto de Auditoria.	Nossa abordagem de auditoria considerou, dentre outros, o entendimento sobre as políticas da administração e o processo de elaboração das projeções dos fluxos de caixa utilizadas nas projeções dos lucros tributáveis futuros, bem como as aprovações pelos Órgãos de Governança da Companhia. Também analisamos as principais premissas e testamos os estudos de realização dos tributos diferidos ativos, reconhecidos nas demonstrações financeiras, preparados pela administração. Discutimos com a administração sobre os planos de negócio aprovados e divulgados em notas explicativas e analisamos a adequação das divulgações apresentadas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que a metodologia, os julgamentos e as premissas utilizadas pela administração, assim como as divulgações, são consistentes com dados e informações obtidas.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Adriano Formosinho Correia
Signed By: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA:78278562504
CPF: 78278562504
Signing Time: 28 February 2025 | 18:02 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
C: BR
Issuer: AC SERASA RFB v5
ICP Brasil

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM
(Em milhares de reais)

ATIVO	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	80.607	101.895
Concessionárias	4	23.844	27.289
Imposto de renda e Contribuição social a compensar	5	2.200	4.374
Outros tributos compensáveis	5	2.857	2.890
Estoques		3.111	3.011
Outros créditos	10	841	414
Total do Ativo Circulante		113.460	139.873
Não circulante			
Imposto de renda e contribuição social	6	88.726	87.792
Cauções e depósitos vinculados	8	94.448	73.080
Outros créditos	10	30	257
		183.204	161.129
Imobilizado	11	1.033.755	1.060.078
Intangível	12	16.673	18.407
		1.050.428	1.078.485
Total do Ativo Não circulante		1.233.632	1.239.614
TOTAL DO ATIVO		**1.347.092**	**1.379.487**

PASSIVO	**Nota**	**31/12/2024**	**31/12/2023**
Circulante			
Fornecedores	13	16.242	19.570
Debêntures	14	29.882	29.834
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	27.824	37.123
Imposto de renda e Contribuição social a recolher	5		436
Outros tributos a recolher	5	1.640	1.092
Encargos Setoriais	9	1.758	557
Uso do bem público	16	1.247	1.191
Provisões	17	4.724	5.588
Outras contas a pagar	10	1.290	970
Total do Passivo Circulante		84.607	96.361
Não circulante			
Debêntures	14	134.241	154.681
Empréstimos e financiamentos	15	514.603	523.762
PIS e COFINS diferidos	6	37	19
Encargos Setoriais	9		1.351
Uso do bem público	16	14.031	13.543
Provisões	17	39.261	34.086
Outras contas a pagar	10	15	
Total do Passivo Não circulante		702.188	727.442
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	18.1	728.600	728.600
Prejuízos acumulados		(168.303)	(172.916)
Total do Patrimônio líquido		560.297	555.684
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**1.347.092**	**1.379.487**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2024	2023
Receitas	19	181.845	174.769
Custo da operação e do serviço de energia elétrica	20		
Custo do serviço de energia elétrica		(47.477)	(52.337)
Custo de operação		(65.347)	(63.494)
		(112.824)	(115.831)
Lucro bruto		69.021	58.938
Despesas e Receitas operacionais	20		
Despesas gerais e administrativas		(2.845)	(4.563)
Outras despesas e receitas operacionais		(35)	(9)
		(2.880)	(4.572)
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		66.141	54.366
Resultado financeiro	21		
Receitas financeiras		18.493	21.354
Despesas financeiras		(79.463)	(81.822)
		(60.970)	(60.468)
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		5.171	(6.102)
Tributos sobre o lucro	22		
Imposto de renda e contribuição social correntes		(1.492)	(1.899)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		934	3.982
		(558)	2.083
Resultado líquido do exercício		**4.613**	**(4.019)**
Resultado por ação atribuível aos acionistas	23		
Resultado básico e diluído por ação (reais/ações)			
ON		0,00634	(0,00552)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Resultado líquido do exercício	4.613	(4.019)
Resultado abrangente do exercício	**4.613**	**(4.019)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**728.600**	**(168.897)**	**559.703**
Prejuízo líquido do exercício		(4.019)	(4.019)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**728.600**	**(172.916)**	**555.684**

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**728.600**	**(172.916)**	**555.684**
Lucro líquido do exercício		4.613	4.613
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**728.600**	**(168.303)**	**560.297**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		5.171	(6.102)
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais			
Depreciações e amortizações		45.122	45.848
Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		70.210	74.758
Uso do bem público - atualização monetária e AVP		1.795	1.632
Provisões e atualizações monetárias cíveis, fiscais e trabalhistas		6.248	4.486
Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP		488	(118)
Cauções e depósitos vinculados a litígios - atualização monetária		(10.086)	(8.849)
Impostos e contribuições sociais - atualização monetária		(351)	(555)
Outros		561	945
		119.158	112.045
(Aumento) diminuição de ativos operacionais			
Concessionárias		3.445	(5.693)
Outros tributos compensáveis		(9.886)	(9.893)
Cauções e depósitos vinculados		(478)	(2.042)
Outros ativos operacionais		(300)	995
		(7.219)	(16.633)
Aumento (diminuição) de passivos operacionais			
Fornecedores		(3.328)	7.792
Outros tributos a recolher		12.351	17.608
Provisões		(2.329)	(1.480)
Uso do bem público		(1.251)	(1.203)
Outros passivos operacionais		185	(668)
		5.628	22.049
Caixa proveniente das atividades operacionais		117.567	117.461
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.287)	(400)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		116.280	117.061
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Adições ao Imobilizado e Intangível		(17.704)	(13.085)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(17.704)	(13.085)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Resgate (aplicação) de cauções e depósitos vinculados, líquidos		(10.804)	3.510
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos e debêntures		(52.652)	(51.154)
Pagamentos de encargos de dívidas		(56.408)	(59.269)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	25.1	(119.864)	(106.913)
Redução líquida de caixa e equivalentes de caixa		**(21.288)**	**(2.937)**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		80.607	101.895
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		101.895	104.832
		(21.288)	**(2.937)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

EMPRESA DE ENERGIA CACHOEIRA CALDEIRÃO S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	2024	2023
Geração do valor adicionado	227.062	215.306
Receita operacional	207.802	199.835
Receita relativa à construção de ativos próprios	19.260	15.471
(-) Insumos adquiridos de terceiros	(88.405)	(90.391)
Custos da energia comprada	(30.632)	(36.701)
Encargos de uso da rede elétrica	(21.672)	(20.961)
Materiais	(6.003)	(3.632)
Serviços de terceiros	(28.305)	(23.079)
Outros custos operacionais	(1.793)	(6.018)
Valor adicionado bruto	138.657	124.915
Retenções		
Depreciações e amortizações	(45.122)	(45.820)
Valor adicionado líquido produzido	93.535	79.095
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	19.452	22.399
Valor adicionado total a distribuir	**112.987**	**101.494**
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	5.109	4.204
Benefícios	1.036	1.124
FGTS	398	357
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	22.177	17.819
Estaduais	191	186
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	79.463	81.822
Aluguéis		1
	108.374	105.513
Resultado líquido do exercício	4.613	(4.019)
	112.987	**101.494**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

1 Contexto operacional

A Empresa de Energia Cachoeira Caldeirão S.A. (Companhia ou Cachoeira Caldeirão) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 26 de outubro de 2012, com sede no município de Ferreira Gomes, no estado do Amapá, sendo controlada em conjunto pela EDP - Energias do Brasil S.A. (EDP - Energias do Brasil) e China Three Gorges Brasil Energia Ltda. (CTG Brasil).

A Companhia tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Usina Hidrelétrica Cachoeira Caldeirão (UHE Cachoeira Caldeirão), a comercialização da energia gerada por esse empreendimento, bem como a realização de quaisquer outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social. A Companhia poderá ainda participar de outras empresas, negócios e empreendimentos voltados à atividade energética.

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão por meio do Contrato de Concessão nº 01/13, celebrado junto ao Ministério de Minas e Energia - MME, com as seguintes características:

				Capacidade instalada	Energia assegurada	Concessão	
Usina Hidrelétrica	Estado	Modalidade	Outorga	(MW)	(MWm)	Início	Término
Cachoeira Caldeirão	AP	Produtor Independente	Concessão	219,00	123,30	29/05/2013	19/08/2048

O Contrato de Concessão regula a exploração do potencial de energia hidráulica do rio Araguari sob o regime de Produção Independente de Energia Elétrica. A energia assegurada de 123,3MWm foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs no Ambiente de Contratação Regulado - ACR pelo prazo de 30 anos. O preço estabelecido no Contrato de Concessão é de R$95,51/MWh, reajustado anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 31 de dezembro de 2024, o preço atualizado do contrato é de R$179,58/MWh (R$171,64/ MWh em 31 de dezembro de 2023).

O contrato de concessão tem prazo de trinta e cinco anos, contado a partir da data de sua assinatura, sem previsão de prorrogação na legislação atual. Na exploração do aproveitamento hidrelétrico, a concessionária terá ampla liberdade na direção de seus negócios, incluindo medidas relativas a investimentos, pessoal, material e tecnologia, observadas as prescrições do contrato de concessão, da legislação específica, das normas regulamentares e das instruções e determinações do Poder Concedente e da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 28 de julho de 2022, foi publicada a Resolução Autorizativa nº 12.255/2022 alterando o término da vigência da outorga de concessão da UHE Cachoeira Caldeirão de 29 de maio de 2048 para 19 de agosto de 2048 que representa um acréscimo de 82 dias.

As três unidades geradoras da usina, cada uma com capacidade instalada de 73MW, tiveram sua entrada em operação autorizada pela ANEEL nos meses de maio, junho e agosto de 2016.

1.1.1 Uso do bem público - UBP

A Companhia, em função da outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da UHE Cachoeira Caldeirão, recolhe à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do aproveitamento hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor original de R$658, atualizado em 31 de dezembro de 2024 de R$1.269, corrigidos anualmente pela variação do IPCA. Em 31 de dezembro de 2024, o valor presente remanescente da obrigação é de R$15.278 (R$14.734 em 31 de dezembro de 2023) (Nota 16). A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

1.1.2 Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplica anualmente em pesquisa e desenvolvimento, nos termos das Leis nº 9.991/2000 e nº 14.120/2021, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria, o montante de, no mínimo, 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, aplicáveis na data-base de 31 de agosto de 2020 a 31 de dezembro de 2025 (corrente), 30% serão destinados à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e estão em conformidade com as International Financial Reporting Standards - IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo IASB (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS").

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado - DVA, preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 28 de fevereiro de 2025.

2.2 Práticas contábeis

As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e determinados ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo, conforme demonstrado na nota 24.1.1.

2.4 Uso de estimativa e julgamento

Na elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto a redução ao valor recuperável que é revisada conforme critérios detalhados na nota 2.6.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Transações realizadas no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (Nota 4); Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 6); Avaliação da vida útil do Imobilizado e do Intangível (Notas 11 e 12); Provisões de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas (Nota 17.1); Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais (Nota 17.2); Análise de redução ao valor recuperável dos ativos (Nota 2.6); e Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros (Nota 24.1.2.1).

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.6 Redução ao valor recuperável

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, sendo ela reconhecida em contrapartida do resultado.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso tenha ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo, sendo também reconhecida no resultado.

Ativo financeiro

São avaliados no reconhecimento inicial com base em estudo de perdas esperadas, quando aplicável, e quando há evidências de perdas não recuperáveis. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que, eventualmente, tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A revisão dos valores de ativos não financeiros da Companhia é efetuado pelo menos anualmente, ou com maior periodicidade se a Administração da Companhia identificar que houve indicações de perdas não recuperáveis no valor contábil líquido dos ativos não financeiros, ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 não houve indicação, seja por meio de fontes internas ou externas de informação, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, no período citado, a Administração julga que o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável e, portanto, não houve necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável nas controladas.

A Companhia monitora trimestralmente a ocorrência de eventos que possam alterar significativamente o teste de recuperabilidade.

2.7 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:

2.7.1 Adoção de novas normas e interpretações vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 23: CPC 26 (R1) e CPC 06 (R2)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Classificação de Passivos como Circulante ou Não circulante; Passivos Não circulantes com *Covenants* e Passivo de Arrendamento em uma Transação de Venda e Retroarrendamento (*sale and leaseback*).	IAS 1/ IFRS 16	Pronuncia-mento	01/01/2024
Revisão 24: CPC 03 (R2), CPC 32 e CPC 40 (R1)	Este documento estabelece alterações em Pronunciamentos Técnicos em decorrência das alterações de Reforma Tributária Internacional - Regras Modelo do Pilar Dois e Acordos de Financiamento de Fornecedores.	IAS 7/ IAS 12/ IFRS 7	Pronuncia-mento	01/01/2024
OCPC 08 - Reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade	O objetivo desta Orientação é tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros de propósito geral das concessões e permissões públicas de distribuição de energia elétrica brasileiras.	Não há	Orientação	01/01/2024
ICPC 19 - Tributos	Esta interpretação se refere a quando reconhecer uma obrigação de pagar tributo que é contabilizada conforme o Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	IFRIC 21	Interpreta-ção	01/01/2024
ICPC 20 - Limite de Ativo de Benefício Definido, Requisitos de Custeio (*funding*) Mínimo e sua Interação	Esta Interpretação se aplica a todos os benefícios definidos pós-emprego e outros benefícios definidos de longo prazo aos empregados. Para a finalidade desta Interpretação, os requisitos de custeio (*funding* mínimo são quaisquer requisitos para custeio (*funding*) de plano de benefício definido pós-emprego ou outro de longo prazo.	IFRIC 14	Interpreta-ção	01/01/2024
CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA)	Estão sendo propostos ajustes pontuais do texto, para melhor esclarecimento dos requisitos para a elaboração e divulgação da DVA, bem como uma nova seção, incluída ao final do Pronunciamento, para apresentar as suas origens e razões conceituais. Além disso, foi atualizado o elenco de contas no modelo de DVA aplicável às companhias seguradoras, em função da vigência do Pronunciamento Técnico CPC 50 – Contratos de Seguro.	Não há	Pronuncia-mento	01/03/2024
Revisão 26: CPC 32 e CPC 48	Este documento estabelece alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 32 - Tributos Sobre o Lucro e CPC 48 - Instrumentos Financeiros em função de ajustes redacionais nos textos para maior aderência com as normas contábeis internacionais.	IAS 12 / IFRS 9	Pronuncia-mento	01/07/2024

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não identificou impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

2.7.2 Novas normas e interpretações não vigentes

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
Revisão 27: CPC 02 (R2) e CPC 37 (R1)	Este documento estabelece alterações no Pronunciamentos Técnicos CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.	IAS 21 / IFRS 1	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	As alterações exigem que as entidades apliquem uma abordagem consistente para determinar se uma moeda é trocável por outra moeda e a taxa de câmbio à vista a utilizar.	IAS 21	Pronuncia-mento	01/01/2025
CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada e em Empreendimento Controlado em Conjunto Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade	O CPC incorporou ao texto de alguns de seus dispositivos o endereçamento da utilização do Método da Equivalência Patrimonial (MEP) para mensuração de investimentos em entidades controladas nas demonstrações individuais. A utilização do MEP para mensuração desses investimentos está determinada pela Lei 6.404/76, e, por ter relação com as demonstrações individuais, não encontrava correspondência nas normas emitidas pelo IASB.	IAS 28	Pronuncia-mento	01/01/2025

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

Norma	Descrição da alteração	Correlação IASB	Natureza	Data da vigência
ICPC 09 (R3) - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Torna obrigatório para as companhias abertas a Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), emitida pelo CPC. O normativo entra em vigor em 01/01/2025, aplicando-se aos exercícios sociais iniciados em, ou após, essa data, e revogando a Resolução CVM 124.	Não há	Interpretação	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	A orientação visa direcionar o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado de capitais brasileiro, objetivando garantir a consistência das demonstrações financeiras e permitir sua conexão com o relatório financeiro de sustentabilidade aprovado pela Resolução CVM 193/23.	Não há	Orientação	01/01/2025
IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	O objetivo da norma é melhorar a forma como a informação é comunicada nas demonstrações financeiras de uma entidade, particularmente nas demonstrações de resultados e respectivas notas explicativas. A principal alteração apresentada pela IFRS 18 é a reestruturação das demonstrações de resultados das entidades. Com vistas a aumentar a comparabilidade entre entidades, esta norma introduz dois novos subtotais: Lucro operacional e Lucro antes do resultado financeiro e imposto de renda e contribuição social.	IAS 1	Norma	01/01/2027

Em relação ao normativo em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	8.045	2.698
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários - CDB	72.562	99.197
Total	80.607	101.895

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço que equivalem ao valor justo. As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras estão remuneradas a taxas que variam entre 98,00% e 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

As aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao Patrimônio líquido da Instituição Financeira.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros, de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 24.

As movimentações ocorridas no Caixa e nos Equivalentes de caixa da Companhia são apresentadas nas Demonstrações de Fluxos de Caixa.

4 Concessionárias

	31/12/2024	31/12/2023
Concessionárias		
Suprimento de energia elétrica	23.844	27.289
	23.844	27.289

Os saldos são totalmente vincendos e são reconhecidos inicialmente ao valor justo, pelo valor faturado, e subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, ajustados ao valor presente e deduzidas das reduções ao valor recuperável, quando aplicável, incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia.

Os recebimentos das vendas de energia relacionadas a contratos bilaterais ocorrem, substancialmente, com vencimento único no mês seguinte ao reconhecimento da receita. Já os contratos no ACR são desdobrados em três parcelas iguais com vencimentos nos dias 15 e 25 do mês seguinte ao reconhecimento da receita e no dia 5 do segundo mês subsequente ao reconhecimento.

Quanto aos contratos de venda de energia no mercado de curto prazo, são liquidados conforme a regulamentação da CCEE, contudo, o prazo médio para a liquidação é de cerca de 45 dias após o reconhecimento da receita.

Conforme requerido pelo CPC 48 - Instrumentos financeiros, é efetuada uma análise criteriosa do saldo de Concessionárias e, de acordo com a abordagem simplificada, quando necessário, é constituída uma Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD, para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises, a Companhia não identificou a necessidade de constituição de eventuais perdas esperadas, uma vez que as mesmas se mostram imateriais e controláveis.

A exposição da Companhia a riscos de crédito está divulgada na nota 24.2.5.

5 Imposto de renda, Contribuição social e Outros tributos

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Baixas	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Ativos compensáveis								
Imposto de renda e contribuição social a compensar	4.374			352	1.205	(5.516)	1.785	2.200
Total Circulante	4.374	-	-	352	1.205	(5.516)	1.785	2.200
Outros tributos compensáveis								
ICMS	-	46	(46)		31		(31)	-
PIS e COFINS	298	5.959					(6.257)	-
IRRF sobre aplicações financeiras	2.560	3.896					(3.631)	2.825
Outros	32							32
Total Circulante	2.890	9.901	(46)	-	31	-	(9.919)	2.857

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Transferência	Saldo em 31/12/2024
Passivos a recolher							
Imposto de renda e contribuição social a recolher	436	1.492			(82)	(1.846)	-
Total Circulante	436	1.492	-	-	(82)	(1.846)	-
Outros tributos a recolher							
ICMS	162	676		(709)		(31)	98
PIS e COFINS	427	18.756		(6.624)	(5.516)	(6.257)	786
Tributos sobre serviços prestados por terceiros	148	1.696		(1.430)			414
Encargos com pessoal	355	1.993	1	(2.007)			342
Total Circulante	1.092	23.121	1	(10.770)	(5.516)	(6.288)	1.640

Conforme requerido pelo CPC 32 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia apresenta os impostos e contribuições sociais correntes ativos e passivos, pelo seu montante líquido quando: (i) compensáveis pela mesma autoridade tributária; e (ii) a legislação tributária permitir que a Companhia liquide ou compense o tributo em um único pagamento ou compensação.

6 Tributos diferidos

		Ativo		Passivo	
		Não circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS				37	19
Imposto de renda e contribuição social	6.1	88.726	87.792		
Total		88.726	87.792	37	19

6.1 Imposto de renda e contribuição social

São registrados sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições do CPC 32, e considera a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade. São reconhecidos de acordo com a transação que os originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.
O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativos e passivos, são apresentados pela sua natureza e o valor total é apresentado pelo montante líquido após as devidas compensações, conforme requerido pelo CPC 32.

6.1.1 Composição

	Ativo Não circulante		Passivo Não circulante		Resultado	
Natureza dos créditos	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023
Prejuízos Fiscais	55.996	56.790			(794)	(617)
Base Negativa da Contribuição Social	20.159	20.444			(285)	(222)
	76.155	77.234	-	-	(1.079)	(839)
Diferenças Temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	12.106	10.084			2.022	2.132
Uso do bem público - CPC 25	10.558	10.440	7.636	7.799	281	243
Direito de concessão - GSF			559	582	23	24
Licenças ambientais	2.622	3.179	4.494	4.858	(193)	2.512
Outras	239	232	265	138	(120)	(90)
Total diferenças temporárias	25.525	23.935	12.954	13.377	2.013	4.821
Total bruto	101.680	101.169	12.954	13.377	934	3.982
Compensação entre Ativos e Passivos Diferidos	(12.954)	(13.377)	(12.954)	(13.377)		
Total	88.726	87.792	-	-		

6.2 Realização dos tributos diferidos ativos

Os tributos diferidos ativos são revisados a cada encerramento do exercício e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.
A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos exercícios indicados. Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito tributário nos seguintes exercícios:

2025	2026	2027	2028	2029	2029 a 2030	A partir de 2031	Total Não circulante
3.822	4.849	5.599	6.670	7.582	14.398	58.760	101.680

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

7 Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras em conjunto e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício, são apresentados como segue:

			Ativo	Passivo			Receitas (Despesas)	
			Não circulante	Circulante		Não circulante	Operacional	
	Relacionamento	Duração	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	2024	2023
Fornecedores (Nota 13)								
Suprimento de energia elétrica								
EDP Trading	Controle Comum	01/01/2024 a 31/12/2024		1.416			(9.505)	
Encargos de uso de rede								
Mata Grande Transmissora	Controle Comum (**)	28/11/2014 a 31/12/2048						(6)
EDP Transmissão Aliança	Controle Comum	30/07/2021 a 31/12/2048		12	11		(137)	(140)
EDP Transmissão Litoral Sul	Controle Comum	30/07/2021 a 31/12/2048		2	1		(18)	(17)
EDP Goiás	Controle Comum	14/06/2021 a 11/08/2047		8	8		(98)	(87)
EDP Transmissão Norte	Controle comum	01/11/2001 a 31/01/2033		2			(8)	
EDP Transmissão SP-MG	Controle Comum (*)	14/06/2021 a 11/08/2047			12			(161)
Contrato Prestação de Serviços (a)								
EDP Goiás	Controle Comum	01/06/2022 a 30/06/2026		54	52		(633)	(610)
			-	1.494	84	-	(10.399)	(1.021)
Outros créditos e outras contas a pagar (Nota 10)								
Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais e Atividades de *Backoffice* (b)								
EDP - Energias do Brasil	Controladora em conjunto	01/01/2018 a 31/12/2024	20			15	(663)	(510)
			20	-	-	15	(663)	(510)
			20	1.494	84	15	(11.062)	(1.531)

(*) Em 20 de fevereiro de 2024, a controladora final EDP - Energias do Brasil alienou a companhia EDP Transmissão SP-MG e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora final.

(**) Em 07 de junho de 2024, a controladora EDP - Energias do Brasil alienou a companhia Mata Grande Transmissora e, consequentemente, a partir desta data foi excluída dos contratos de compartilhamento firmados junto à controladora.

As operações com partes relacionadas foram estabelecidas em condições compatíveis com as de mercado.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

As operações realizadas com as contrapartes informadas abaixo ocorreram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

(a) Contratos de Prestação de Serviços: O contrato tem por objetivo a prestação de serviços relacionados aos processos de operação da usina, bem como a interlocução junto ao Operador Nacional do Sistema - ONS, pela EDP Goiás. Os processos de operação estão divididos entre serviços de pré-operação, pós-operação, serviços de supervisão de informações em tempo real, normatização, sistema de controle e infraestrutura via Centro de Operação, automação e telecomunicações. Com vigência até 30 de junho de 2026.

(b) Contrato de Compartilhamento de Recursos Humanos, Materiais, Atividades de *Backoffice*: O instrumento tem por objetivo o rateio de gastos com recursos humanos, serviços, materiais e outros gastos associados ao provimento das atividades compartilhadas entre a Companhia e a controladora em conjunto EDP-Energias do Brasil. Este contrato não necessita ser submetido à anuência prévia da ANEEL. O critério de rateio considera direcionadores que ponderam o esforço de cada área para cada empresa, que foi suportado por consultoria especializada independente.

A operação realizada com as contrapartes informadas no item ocorreu no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

7.1 Controladora direta e Controladoras finais

A Companhia possui controle compartilhado entre a EDP - Energias do Brasil S.A., sendo esta controlada pela EDP – Energias de Portugal S.A., e a China Three Gorges Brasil Energia Ltda., sendo esta controlada pela China Three Gorges Corporation.

8 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização	Resgate	Baixa	Saldo em 31/12/2024
Depósitos judiciais	17	3.406	1.413	589		(935)	4.473
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	8.1	69.674	277.684	9.497	(266.880)		89.975
Total Não circulante		73.080	279.097	10.086	(266.880)	(935)	94.448

8.1 Cauções vinculados

Refere-se à garantia exigida junto à 3ª emissão de debêntures da Companhia e ao financiamento do BNDES. Do montante total: (i) R$ 33.596 é correspondente a seis vezes o valor da última parcela liquidada do financiamento e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; (ii) R$ 25.685 é correspondente à próxima parcela das debêntures a ser liquidada e ficará mantido em conta vinculada até a quitação do referido contrato; (iii) R$ 5.824 compartilhado entre ambos; e (iv) R$ 24.870, corresponde a uma caução dada como garantia judicial com vencimento para 17 de abril de 2025.

As movimentações de adição e resgate no exercício referem-se, à reposição dos saldos de debêntures das contas vinculadas.

9 Encargos setoriais

As obrigações a recolher, derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico, são as seguintes:

	Nota	Saldo em 31/12/2023	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	9.1 e 19	1.622	1.749	154	(1.952)	1.573
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	19	217	5.451		(5.560)	108
Outros encargos		69	903		(895)	77
Total		1.908	8.103	154	(8.407)	1.758
Circulante		557				1.758
Não circulante		1.351				-

9.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Refere-se às obrigações a aplicar no programa de P&D registrado pela Companhia e são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica (Nota 1.1.2). A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor da obrigação. Esse passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até o mês de realização dos gastos e baixados conforme sua realização. Os programas de P&D são regulamentados por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 897/20. O saldo contempla a dedução dos gastos efetuados com os serviços em curso referentes a esses programas. De acordo com o Despacho ANEEL nº 904/2021, da destinação do P&D, 30% serão atribuído à Conta de desenvolvimento energético - CDE.

10 Outros créditos - Ativo e Outras contas a pagar - Passivo

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Outros créditos - Ativo					
Adiantamentos		17	23		
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	7				20
Despesas pagas antecipadamente	10.1	824	362	30	237
Outros			29		
Total		841	414	30	257
Outras contas a pagar - Passivo					
Compartilhamento/Serviços entre partes relacionadas	7			15	
Folha de pagamento		110	112		
Obrigações Sociais e Trabalhistas	10.2	1.180	858		
Total		1.290	970	15	-

10.1 Despesas pagas antecipadamente

O aumento no exercício refere-se ao ingresso de renovação de seguros de incêndio no valor de R$1.119 pagos antecipadamente com vigência de 12 meses e amortização mensal de R$93.

10.2 Obrigações Sociais e Trabalhistas

Referem-se aos montantes de provisão e gratificação de férias, provisão de 13° salário, provisão de participação nos lucros e resultados e seus respectivos INSS e FGTS.

11 Imobilizado

São contabilizados pelo custo de aquisição e/ou construção acrescidos de impostos não recuperáveis sobre as compras e quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessária para o funcionamento, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

O Decreto nº 41.019/57 foi revogado pelo Decreto nº 10.810/21, os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019/57, que tratavam a respeito da necessidade de autorização do Órgão Regulador para retirada, alienação e cessão dos ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia, estão expressos pela Resolução Normativa nº 948/2021 - Módulo IV - Desvinculação de Bens e Módulo VI - Constituição de Garantias. Os ativos de infraestrutura utilizados na geração, distribuição e na transmissão de energia são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo de aquisição, subtraído do valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil de cada unidade de adição e retirada, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas estão previstas na tabela XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa n° 674 de 11 de agosto de 2015.

A taxa de depreciação considera o prazo de vida útil do bem, entretanto, para os ativos não indenizáveis pelo Poder Concedente ao final da concessão, a depreciação é registrada considerando o prazo remanescente de Concessão.

No advento do termo final do Contrato de Concessão, todos os bens e instalações vinculados à Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados posteriores à entrada em operação da UHE e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

11.1 Composição do Imobilizado

	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo Histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em serviço								
Geração								
Terrenos	3,12	84.799	(23.110)	61.689	3,12	84.784	(20.462)	64.322
Reservatórios, barragens e adutoras	3,09	418.746	(111.150)	307.596	3,10	418.746	(98.192)	320.554
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,16	321.743	(87.929)	233.814	3,16	321.729	(77.759)	243.970
Máquinas e equipamentos	3,29	547.017	(153.155)	393.862	3,29	546.826	(135.179)	411.647
Veículos	14,29	1.599	(1.374)	225	14,29	1.368	(1.233)	135
Móveis e utensílios	6,25	417	(191)	226	6,25	417	(160)	257
		1.374.321	(376.909)	997.412		1.373.870	(332.985)	1.040.885
Administração								
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,33	230	(42)	188	3,33	230	(34)	196
Máquinas e equipamentos	14,81	2.652	(778)	1.874	14,81	2.549	(586)	1.963
Veículos	14,29	674	(380)	294	14,29	674	(284)	390
Móveis e utensílios	6,25	78	(26)	52	6,25	79	(20)	59
		3.634	(1.226)	2.408		3.532	(924)	2.608
Total do Imobilizado em serviço		1.377.955	(378.135)	999.820		1.377.402	(333.909)	1.043.493
Imobilizado em curso								
Geração		33.453		33.453		15.997		15.997
Administração		482		482		588		588
Total do Imobilizado em curso		33.935	-	33.935		16.585	-	16.585
Total Imobilizado		1.411.890	(378.135)	1.033.755		1.393.987	(333.909)	1.060.078

11.2 Movimentação do Imobilizado

	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos (Nota 11.2.1)	Transf. para imobilizado em serviço	Depreciações	Baixas	Reclassificação	Valor líquido em 31/12/2024
Imobilizado em serviço							
Terrenos	64.322		14	(2.647)			61.689
Reservatórios, barragens e adutoras	320.554			(12.958)			307.596
Edificações, obras civis e benfeitorias	244.166		14	(10.178)			234.002
Máquinas e equipamentos	413.610		291	(18.165)			395.736
Veículos	525		234	(240)			519
Móveis e utensílios	316			(38)			278
Total do Imobilizado em serviço	1.043.493	-	553	(44.226)	-	-	999.820
Imobilizado em curso							
Terrenos	15		(14)				1
Máquinas e equipamentos	15.730	18.020	(13)		(1.370)	802	33.169
A ratear	3						3
Outros	837	939	(526)			(488)	762
Total do Imobilizado em curso	16.585	18.959	(553)	-	(1.370)	314	33.935
Total do Imobilizado	1.060.078	18.959	-	(44.226)	(1.370)	314	1.033.755

11.2.1 Ingressos

Os ingressos referem-se, principalmente, aos gastos com execução de reforço na viga munhão, construção de almoxarifado e aquisição de sobressalentes.

12 Intangível

Estão mensurados pelo custo total de aquisição e/ou construção menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. Os gastos com desenvolvimentos de projetos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

A amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

12.1 Composição do Intangível

	31/12/2024				31/12/2023			
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Intangível em serviço								
Geração								
Software				-	20,00	192	(192)	-
Direito de concessão - Licenças ambientais	25,00	17.262	(10.355)	6.907	25,00	18.089	(9.898)	8.191
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP (Nota 12.2.1)	2,86	10.020	(3.336)	6.684	2,85	10.020	(3.051)	6.969
Direito de concessão - GSF (Nota 12.2.2)	3,72	1.875	(233)	1.642	3,72	1.875	(162)	1.713
		29.157	(13.924)	15.233		30.176	(13.303)	16.873
Administração								
Software	20,00	927	(501)	426	20,00	656	(416)	240
		927	(501)	426		656	(416)	240
Total do Intangível em serviço		30.084	(14.425)	15.659		30.832	(13.719)	17.113
Intangível em curso								
Geração		932		932		1.037		1.037
Administração		82		82		257		257
Total do Intangível em curso		1.014	-	1.014		1.294	-	1.294
Total do Intangível		31.098	(14.425)	16.673		32.126	(13.719)	18.407

12.2 Movimentação do Intangível

	Nota	Valor líquido em 31/12/2023	Ingressos	Transf. para intangível em serviço	Amortizações	Reclassificação	Reversão	Valor líquido em 31/12/2024
Intangível em serviço								
Software		240		270	(84)			426
Direito de concessão - Licenças ambientais		8.191			(456)		(828)	6.907
Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP	12.2.1	6.969			(285)			6.684
Direito de concessão - GSF	12.2.2	1.713			(71)			1.642
Total do Intangível em serviço		17.113	-	270	(896)	-	(828)	15.659
Intangível em curso								
Outros intangíveis em curso		1.294	304	(270)		(314)		1.014
Total do Intangível em curso		1.294	304	(270)	-	(314)	-	1.014
Total do Intangível		18.407	304	-	(896)	(314)	(828)	16.673

12.2.1 Direito de concessão - Uso do Bem Público - UBP

Refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE Cachoeira Caldeirão. Foi constituído pelo valor total da contraprestação do direito relacionado com o uso do bem público até o final do contrato de concessão, registrados em contrapartida do passivo e capitalizados pelos juros incorridos da obrigação até a data de entrada em operação da usina. A amortização foi iniciada a partir da data de entrada em operação comercial da UHE, em junho de 2016, e ocorrerá pelo prazo da concessão.

12.2.2 Direito de concessão - GSF

Refere-se ao Projeto de Lei nº 10.985/18, que trata do ressarcimento dos riscos não hidrológicos do *Generation Scaling Factor* - GSF, por meio de extensão da concessão condicionada à desistência das liminares aprovado em 2019 na Câmara dos Deputados. O Ativo foi reconhecido conforme as estimativas divulgadas pela CCEE dos efeitos do ACL e ACR e os acréscimos pela ANEEL, totalizando um incremento estimado de 2,7 meses na concessão da Companhia. A amortização iniciou em janeiro de 2021 e ocorrerá pelo prazo do contrato de concessão.

13 Fornecedores

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Suprimento de energia elétrica		2.073	2.249
Encargos de uso da rede elétrica		1.948	1.883
Operações CCEE		4.063	3.588
Materiais e serviços	13.1	8.158	11.850
Total		16.242	19.570

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

13.1 Materiais e serviços

A variação ocorreu devido à quitação de gastos com manutenção da plataforma do sistema elétrico e gastos para adequação da usina de segurança de barragens.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

14 Debêntures

14.1 Composição do saldo de Debêntures

											31/12/2024				31/12/2023			
											Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Agente Fiduciário	Tipo de emissão	Quantidade de títulos	Valor unitário	Valor total	Data da emissão	Vigência do contrato	Finalidade	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Instrução CVM nº 476/09	15.650	10	156.500	3ª emissão em 15/12/2014	15/12/2014 a 15/06/2030	Financiamento para construção da UHE Cachoeira Caldeirão	IPCA + 7,2743% a.a.	Principal e Juros semestrais a partir de 15/12/2017	a. Penhor de ações da EDP - Energias do Brasil e da CTG Brasil; b. Contas vinculadas; c. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil; d. Fiança bancária da CTG Brasil.	437	29.487	134.331	164.255	2.019	27.867	154.817	184.703
(-) Custos de emissão				(891)		15/12/2014 a 15/06/2030			Amortização mensal			(42)	(90)	(132)		(52)	(136)	(188)
Total											437	29.445	134.241	164.123	2.019	27.815	154.681	184.515

As debêntures estão demonstradas pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.
O valor total referente às garantias das debêntures mencionadas acima é de R$164.255 em 31 de dezembro de 2024 (R$184.703 em 31 de dezembro de 2023).

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

14.2 Movimentação das debêntures

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisiona-dos	Transferên-cia	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante							
Principal	27.867	(29.151)		(10.970)		41.741	29.487
Juros	2.019	(13.170)	11.588				437
Custo de transação	(52)			(46)	56		(42)
	29.834	(42.321)	11.588	(11.016)	56	41.741	29.882
Não circulante							
Principal	154.817			10.970		(31.456)	134.331
Custo de transação	(136)			46			(90)
	154.681	-	-	11.016	-	(31.456)	134.241

14.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2025	29.882
	29.882
Não circulante	
2026	32.733
2027	26.185
2028	26.192
2029	26.199
2030	22.932
	134.241
Total	164.123

A emissão realizada pela Companhia não é conversível em ação e foi emitida de acordo com a Instrução CVM nº 160/22, ou seja, refere-se a oferta pública distribuída com esforços restritos.

As principais cláusulas prevendo a rescisão dos contratos estão descritas abaixo, enquanto que a totalidade das cláusulas pode ser consultada no prospecto ou na escritura da emissão:

(i) Extinção, encerramento das atividades, liquidação, dissolução, ou a decretação de falência da Emissora ou da(s) Acionista(s), bem como o requerimento de autofalência formulado pela Emissora ou pela(s) Acionista(s), ou de falência relativo à Emissora ou à(s) Acionista(s) formulado por terceiros que não tenha sido elidido no prazo legal, sendo que para a(s) Acionista(s) as disposições desta alínea somente são aplicáveis enquanto a(s) Fiança(s) estiverem em vigor;

(ii) Extinção definitiva da concessão para executar o projeto objeto do contrato de concessão;

(iii) Declaração de vencimento antecipado do Contrato de Financiamento da Emissora ou de qualquer financiamento contratado pela Emissora com o BNDES;

(iv) Pedido de recuperação judicial ou extrajudicial formulado pela Emissora ou pelas Acionistas;

(v) Declaração de vencimento antecipado de qualquer financiamento ou empréstimo tomado pela Emissora junto a quaisquer instituições financeiras, em valor superior a R$35.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo vencimento;

(vi) Protesto de títulos contra a Emissora em montante individual ou agregado superior a R$75.000, valor este a ser devidamente corrigido pelo IPCA desde a data de emissão até o respectivo protesto, salvo se for validamente comprovado pela Emissora que: (a) o protesto foi efetuado por erro ou má fé de terceiros; (b) o protesto foi cancelado no prazo legal; ou ainda (c) foram prestadas garantias em juízo e aceitas pelo Poder Judiciário;

(vii) Qualquer alienação, cessão ou transferência direta ou indireta de ações representativas do capital social da Emissora, que resultem na mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora sem prévia autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas - AGD;

(viii) Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, seja esta reorganização estritamente societária ou realizada mediante disposição de ativos relevantes, sem a prévia autorização dos Debenturistas reunidos em AGD; e

(ix) Não manutenção do índice de capitalização (Patrimônio Líquido / Ativo Total) maior ou igual a 20%, calculado anualmente em 31 de dezembro, que não seja sanado em até 30 dias após comunicação do Agente Fiduciário.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia encontra-se em pleno atendimento de todas as cláusulas restritivas previstas no contrato de debêntures.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

Notas explicativas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

15 Empréstimos e financiamentos

15.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

										31/12/2024				31/12/2023			
										Encargos	Principal			Encargos	Principal		
Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Finalidade	*Covenants*	Custo da dívida	Forma de pagamento	Garantias	Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	504.100	25/11/2014	485.486	25/11/2014 a 15/11/2037	Implementação do projeto de construção da UHE Cachoeira Caldeirão	a. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida maior ou igual a 1,20 durante período de amortização apurado, anualmente, em 31 de dezembro. b. Índice de Capital Próprio: Patrimônio líquido sobre Ativo total igual ou superior a 20% apurado, anualmente, em 31 de dezembro.	TJLP + 2,12% a.a.	Principal e Juros mensais a partir de 15/11/2017.	a. Penhor de Ações; b. Contas Vinculadas; c. Vinculação de receitas; d. Fiança Corporativa da EDP - Energias do Brasil e Fiança Bancária da CTG Brasil proporcionais às suas participações.	1.764	26.255	515.788	543.807	5.235	32.096	525.142	562.473
(-) BNDES - Custos de Transação			(3.432)	25/11/2014 a 15/11/2037				Amortização mensal			(195)	(1.185)	(1.380)		(208)	(1.380)	(1.588)
Total										1.764	26.060	514.603	542.427	5.235	31.888	523.762	560.885

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.
A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 encontram-se em conformidade no respectivo contrato de financiamento.
Os pagamentos de juros das dívidas estão sendo apresentados como atividade financiamento na demonstração de fluxo de caixa.
O valor total referente às garantias dos empréstimos e financiamentos mencionados acima é de R$543.807 em 31 de dezembro de 2024 (R$562.473 em 31 de dezembro de 2023).

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

15.2 Movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

	Valor líquido em 31/12/2023	Pagamentos	Juros provisio-nados	Transferên-cia	Amortização do custo de transação	Variação monetária	Valor líquido em 31/12/2024
Circulante							
Principal	32.096	(23.501)		14.025		3.635	26.255
Juros	5.235	(43.238)	39.767				1.764
Custo de Transação	(208)			(195)	208		(195)
	37.123	(66.739)	39.767	13.830	208	3.635	27.824
Não circulante							
Principal	525.142			(14.025)		4.671	515.788
Custo de Transação	(1.380)			195			(1.185)
	523.762	-	-	(13.830)	-	4.671	514.603

15.3 Vencimento das parcelas

Vencimento	
Circulante	
2025	27.824
	27.824
Não circulante	
2026	28.100
2027	29.513
2028	31.809
2029 até 2033	200.145
2034 até 2037	225.036
	514.603
Total	542.427

16 Uso do bem público - UBP

Trata-se de um direito de outorga decorrente de processos licitatórios onde o concessionário entrega, ou promete entregar, recursos econômicos em troca do direito de explorar o objeto de concessão ao longo do prazo previsto no contrato (Nota 1.1.1).

O reconhecimento inicial da obrigação até o término do contrato de concessão foi capitalizado em contrapartida do Intangível (Nota 12) e realizado no momento da obtenção da Licença de Instalação - LI, ou seja, em agosto de 2013, uma vez que LI representa o marco necessário para atendimento das condições de viabilidade do negócio.

A provisão do pagamento do UBP foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e está ajustada ao valor presente pela taxa de 7% a.a., que representa a taxa de captação de recursos para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

Segue abaixo movimentação no exercício:

	Saldo em 31/12/2023	Ajuste a Valor Presente	Encargos e atualizações monetárias (Nota 21.1)	Pagamentos	Transferên-cias	Saldo em 31/12/2024
Circulante						
Uso do bem público	1.191	(2)	28	(1.251)	1.281	1.247
	1.191	(2)	28	(1.251)	1.281	1.247
Não circulante						
Uso do bem público	13.543	198	1.571		(1.281)	14.031
	13.543	198	1.571	-	(1.281)	14.031

17 Provisões

		Circulante		Não circulante	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1			36.273	30.325
Licenças ambientais	17.2	4.724	5.588	2.988	3.761
Total		4.724	5.588	39.261	34.086

As provisões são reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

17.1 Provisões cíveis, fiscais, trabalhistas e outros assuntos

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante diversos tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Administração para o desembolso que seria exigido para liquidá-las na data das demonstrações financeiras. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente com o auxílio dos assessores jurídicos da Companhia.

17.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

		Passivo						Ativo	
								Depósito judicial	
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Constituição	Pagamentos	Reversões	Atualizações monetárias	Saldo em 31/12/2024	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	17.1.1.1	29.658	803	(1.031)	(37)	6.213	35.606	2.853	3.399
Outros		667	119		(119)		667		
Total Não circulante		30.325	922	(1.031)	(156)	6.213	36.273	2.853	3.399

O valor total referente as garantias de provisões prováveis na Companhia é de R$2.013 em 31 de dezembro de 2024, não há saldo para 31 de dezembro de 2023.

17.1.1.1 Cível

Dentre as ações cíveis destacam-se demandas envolvendo desapropriações relativas ao evento de passagem de água ocorrido na abertura contratada na ensecadeira da UHE Cachoeira Caldeirão onde, em 7 de maio de 2015, devido a cheia do rio Araguari, a Companhia realizou a abertura controlada na ensecadeira na margem esquerda para permitir a passagem das águas do rio. Na sequência desse procedimento de segurança e de manobras executadas por outras usinas da região, verificou-se um alagamento parcial da cidade de Ferreira Gomes, a jusante da barragem.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

Mediante o ocorrido, em 18 de maio de 2015, a Companhia assinou junto ao Ministério Público do Estado do Amapá um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, sem presunção de culpa, com o objetivo de promover a indenização em caráter emergencial das famílias e comerciantes atingidos pelo alagamento.

Os Ministérios Público, Estadual e Federal ajuizaram ação de Medida Cautelar com intuito de apurar, por meio de perícia judicial, a causa e os responsáveis pelo ocorrido em face da UHE Ferreira Gomes, UHE Coaracy Nunes, Instituto de Meio Ambiente e Ordenamento Territorial do Amapá - Imap e da Companhia.

Os reclamantes alegam terem sido impactados pelo alagamento, demandando a aplicação dos termos do TAC, adicionais aos previamente assinados pela Companhia, qual seja indenização em R$20 para residências e R$35 para estabelecimentos comerciais.

Em relação às referidas ações, a Companhia interpôs recurso, que foi admitido pelo colégio recursal do Amapá, que suspendeu parte das ações em trâmite no Juizado Especial Cível, até decisão final no Supremo Tribunal Federal - STF. Contudo, no mês de março de 2019, a Companhia participou do mutirão de acordos promovido pelo Tribunal de Justiça do Amapá, em conjunto com o juízo da Comarca de Ferreira Gomes, encerrando parte dos processos judiciais em andamento. O recurso da Companhia não foi conhecido pelo STF, desta forma parte das ações suspensas voltaram a tramitar. Ainda encontram-se suspensas as ações com pedidos de danos morais.

A Companhia havia acionado sua seguradora para reembolso das indenizações e despesas gerais decorrentes do evento e, em 13 de agosto de 2018, encerrou-se o processo de regulação do seguro apurando-se como indenização para Companhia, já líquida de franquia, o valor de R$28.000.

17.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão, demonstrados a seguir:

				Ativo	
				Depósito judicial	
	Nota	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Cíveis	17.1.2.1	3.549	10.051	8	7
Fiscais	17.1.2.2	18.928	17.742		
Total		22.477	27.793	8	7

O valor total referente às garantias de provisões possíveis na Companhia em 31 de dezembro de 2024 é de R$16.424 (R$17.170 em 31 de dezembro de 2023).

17.1.2.1 Cíveis

No primeiro trimestre de 2024, a Companhia reverteu um processo estava estimado em 31 de dezembro de 2023 no valor R$5.200, isso se deve ao fato da Companhia entender que esse processo não é passível de estimativa, por se tratar de uma ação de proteção contra liminares de terceiros, e um eventual valor dependeria da obtenção de liminares de terceiros e da liquidação na CCEE.

17.1.2.2 Fiscais

Ação judicial movida pela Companhia em face da Receita Federal do Brasil, na qual discute a não homologação dos pedidos de compensações de créditos de retenções na fonte (IRRF), envolvendo o montante de R$16.424 em 31 de dezembro de 2024 (R$15.362 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia aguarda o julgamento.

17.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza cíveis e trabalhistas em andamento cujas as perdas foram estimadas como remotas e, para estas ações, o saldo dos depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2024 é de R$1.612

17.2 Licenças ambientais

O montante em 31 de dezembro de 2024 de R$7.712 (R$9.349 em 31 de dezembro de 2023) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Cachoeira Caldeirão, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. A Licença de Operação – LO nº 0237/2015 foi emitida em 18 de dezembro de 2015 pela Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá e autoriza a Companhia a operar a UHE Cachoeira Caldeirão, localizada no rio Araguari, no município de Ferreira Gomes (AP).

A LO é válida pelo período de 6 anos, a contar da data de emissão, sendo a Companhia responsável por requerer sua renovação no prazo de 120 dias antes de sua expiração.

A LO foi válida até 17 de dezembro de 2021. A Companhia providenciou o processo de renovação da LO, dentro do prazo estipulado, e, atualmente, está aguardando a manifestação da Secretaria do Estado do Meio Ambiente do Estado do Amapá, tendo portando considerado que, até a manifestação do mesmo, a LO permanece válida.

A Companhia consultou seus assessores jurídicos que avaliaram que as medidas de natureza continuada previstas na licença sob prorrogação automática possuem validade prorrogada e que a legislação prevê prazos mínimos e máximo para a vigência da LO, portanto a Companhia entende que é possível considerar, para fins de provisionamento, as obrigações continuadas pelo prazo máximo da última licença obtida, previsto na Resolução CONAMA 237/97.

O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa. A Companhia realizou o Ajuste a valor presente sobre o saldo utilizando como desconto a taxa de 7% a.a., sendo esta compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, foram reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já a licença de operação, obtida para a entrada em operação comercial da usina, foi reconhecida como ativo intangível e está sendo amortizada pelo prazo de 6 anos que representa a vigência da licença.

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações socioambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os custos associados à manutenção destas licenças permitem prevenir a ocorrência de impactos socioambientais contribuindo para a gestão dos riscos operacionais e regulamentares da Companhia.

Os desembolsos de natureza ambiental ocorridos durante o exercício totalizam R$1.298 (R$878 em 2023). O montante total refere-se aos itens de manutenção da licença ambiental que já haviam sido provisionados e capitalizados.

	Saldo em 31/12/2023	Pagamentos	Transferências	AVP	Reversão	Saldo em 31/12/2024
Circulante	5.588	(1.298)	366	68		4.724
Não circulante	3.761		(366)	420	(827)	2.988
Total	9.349	(1.298)	-	488	(827)	7.712

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

O Capital social subscrito e totalmente integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 é de R$728.600 e está representado por 728.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de R$763.924, com a emissão de novas ações, nominativas e sem valor nominal. Dentro deste limite, a Companhia poderá aumentar seu capital social mediante a deliberação do Conselho de Administração, que determinará as condições de emissão, incluindo o preço, prazo, forma da subscrição e integralização.

As ações ordinárias são classificadas como capital social e deduzidas de quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações, quando aplicável.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

Segue abaixo a composição acionária:

	31/12/2024		31/12/2023	
Acionista	**Quantidade de ações**	**% participação**	**Quantidade de ações**	**% participação**
EDP - Energias do Brasil	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
China Three Gorges Brasil Energia	364.000.000	50,00	364.000.000	50,00
Total	728.000.000		728.000.000	

19 Receitas

As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Os serviços prestados pela Companhia, em sua grande maioria, possuem as seguintes características: (i) são rotineiros e recorrentes; (ii) possuem o mesmo padrão de transferência; e (iii) são prestados ao longo de um determinado período. Desta forma, com relação à satisfação da obrigação de desempenho da Companhia, as mesmas são atendidas, substancialmente, ao longo do tempo.

A Companhia reconhece sua receita de forma líquida de eventuais descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares.

Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir:

• **Suprimento de energia elétrica:** A receita é reconhecida com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento. A Companhia poderá vender a energia produzida em dois ambientes: (i) no Ambiente de Contratação Livre - ACL, onde a comercialização de energia elétrica ocorre por meio de livre negociação de preços e condições entre as partes, por meio de contratos bilaterais; e (ii) no ACR, onde há a comercialização da energia elétrica para os agentes distribuidores, sendo o preço da energia estabelecido pelo Órgão Regulador por meio de leilões de energia.

• **Energia de curto prazo:** A receita é reconhecida pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde à multiplicação da quantidade de energia vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças - PLD.

		MWh		R$	
	Nota	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Suprimento de energia elétrica		1.139.285	1.136.172	204.593	195.013
Energia de curto prazo	19.1	12.634	6.684	3.209	4.822
Receita operacional bruta		1.151.919	1.142.856	207.802	199.835
(-) Deduções à receita operacional					
Tributos sobre a receita					
PIS/COFINS				(17.854)	(17.181)
		-	-	(17.854)	(17.181)
Encargos do consumidor					
P&D				(1.749)	(1.652)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH				(5.451)	(5.403)
Taxa de fiscalização				(903)	(830)
		-	-	(8.103)	(7.885)
		-	-	(25.957)	(25.066)
Receitas		1.151.919	1.142.856	181.845	174.769

19.1 Energia de curto prazo

A variação no exercício refere-se, principalmente, a dois fatores: (i) redução das sobras de energia comercializadas junto à CCEE em 2024 quando comparado ao exercício de 2023, devido ao encerramento de alguns contratos de compra de energia; e (ii) piora do GSF médio anual de 2024 quando comparado ano anterior.

20 Gastos operacionais

Os gastos operacionais são reconhecidos e mensurados: (i) em conformidade com o regime de competência, apresentados líquidos dos respectivos créditos de PIS e COFINS, quando aplicável; (ii) com base na associação direta da receita; e (iii) quando não resultarem em benefícios econômicos futuros.

Conforme requerido no artigo 187 da Lei nº 6.404/76, a Companhia classifica seus gastos operacionais na Demonstração do Resultado por função, ou seja, os gastos são segregados entre custos e despesas conforme sua origem e função desempenhada na Companhia.

Na segregação entre custos e despesas, são considerados os seguintes critérios: (i) Custo da operação e do serviço com energia elétrica: contempla os gastos diretamente vinculados à geração de energia elétrica, tais como, compra de energia elétrica para revenda, encargos de transmissão, depreciação dos ativos da usina e os gastos relacionados à operação e manutenção da usina; e (ii) Despesas operacionais: são os gastos relacionados à administração da Companhia representando diversas atividades gerais atribuíveis às fases do negócio tais como pessoal administrativo, remuneração da administração, perda estimada com crédito de liquidação duvidosa e provisões judiciais, regulatórias e administrativas.

Segue abaixo o detalhamento dos gastos operacionais, de acordo com a sua natureza, conforme requerido pelo CPC 26 (R1):

		2024					2023				
		Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais			Custo da operação e do serviço		Despesas operacionais		
	Nota	**Com energia elétrica**	**De operação**	**Gerais e administrativas**	**Outros**	**Total**	**Com energia elétrica**	**De operação**	**Gerais e administrativas**	**Outros**	**Total**
Energia elétrica comprada para revenda	20.1	27.688				27.688	33.213				33.213
Encargos de uso da rede elétrica		19.667				19.667	19.022				19.022
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada	20.2		6.413	687		7.100		5.600	569		6.169
Material			1.872	1		1.873		2.325	10		2.335
Serviços de terceiros	20.3		11.959	1.126		13.085		9.248	2.229		11.477
Depreciação - Imobilizado em serviço			44.220	6		44.226		44.893			44.893
Amortização			883	13		896		927			927
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas					35	35				10	10
Outras		122		1.012		1.134	102	501	1.755	(1)	2.357
Total		47.477	65.347	2.845	35	115.704	52.337	63.494	4.563	9	120.403

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

20.1 Energia elétrica comprada para revenda

	Nota	2024	2023
Contratos de compra de energia por quantidade	20.1.1	15.958	26.475
Energia de curto prazo	20.1.2	30.114	11.384
(-) Ressarcimentos CCEE	20.1.3	(15.398)	(2.268)
(-) Créditos de PIS/COFINS		(2.822)	(3.385)
Outros		(164)	1.007
Total		27.688	33.213

20.1.1 Contratos de compra de energia por quantidade

A variação no exercício deve-se, substancialmente, ao encerramento de três contratos de compra de energia em dezembro de 2023, firmados devido a estratégia da Companhia em 2023.

20.1.2 Energia de curto prazo

A variação no exercício é decorrente, principalmente, da maior exposição energética quando comparado à 2023, devido ao encerramento dos contratos de compra de energia. Desta forma, a Companhia teve que comprar energia no mercado de curto prazo.

20.1.3 Ressarcimento CCEE

A variação no exercício deve-se aos níveis mais reduzidos do GSF observados, além do aumento do PLD médio, que resultou em maiores ressarcimentos.

20.2 Pessoal e Administradores

	2024	2023
Pessoal		
Remuneração	4.095	3.387
Encargos	1.457	1.190
Previdência privada - Corrente	49	102
Despesas rescisórias	51	170
Participação nos Lucros e Resultados - PLR	489	376
Outros benefícios - Corrente	1.000	1.004
(-) Créditos de tributos recuperáveis	(64)	(91)
Outros	1	1
	7.078	6.139
Administradores		
Honorários e encargos	36	12
Benefícios dos administradores	(14)	18
	22	30
	7.100	6.169

20.3 Serviços de terceiros

	2024	2023
Serviços de consultoria	1.908	1.975
Serviços comerciais	20	
Serviços de manutenção	7.478	7.845
Serviços de limpeza e vigilância	463	453
Serviços ambientais	110	109
Serviços de informática	797	498
Serviços de publicação e publicidade	222	132
Serviços de telecomunicações	547	507
Serviços de transporte	429	237
Serviços de gestão de pessoas e mão de obra própria	2	
(-) Crédito de PIS/COFINS	(763)	(845)
Outros	1.872	566
	13.085	11.477

21 Resultado financeiro

	Nota	2024	2023
Receitas financeiras			
Juros e variações monetárias			
Renda de aplicações financeiras e cauções	3	18.345	20.911
Energia vendida		157	176
Depósitos judiciais	8	589	275
Juros e multa sobre tributos	5	352	555
Outros juros e variações monetárias			465
(-) Tributos sobre Receitas financeiras		(959)	(1.045)
Outras receitas financeiras		9	17
		18.493	21.354
Despesas financeiras			
Encargos de dívida			
Empréstimos e financiamentos	15.2	(48.281)	(50.896)
Debêntures	14.2	(21.929)	(23.862)
Juros e variações monetárias			
Juros e multa sobre tributos	5	(1)	
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	17.1.1	(6.213)	(4.476)
Uso do bem público	21.1	(1.795)	(1.632)
Outros juros e variações monetárias		(487)	(348)
Outras despesas financeiras		(757)	(608)
		(79.463)	(81.822)
Total		(60.970)	(60.468)

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

21.1 Uso do bem público - UBP

A variação na rubrica do Uso do bem público - UBP refere-se, principalmente, ao indexador IPCA, que foi de 5,02% no acumulado em 2024 (3,45% em 2023).

22 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente (15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R$240 anuais). A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), por meio da aplicação da alíquota de 9%. Ambos consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, quando aplicável.

As despesas com Imposto de renda e Contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

	Nota	2024	2023
Resultado antes dos tributos sobre o Lucro		5.171	(6.102)
Alíquota		34%	34%
IRPJ e CSLL		(1.758)	2.075
Ajustes para refletir a alíquota efetiva			
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes			
Doações		(36)	(51)
Outros			
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos		72	
Efeito tributário de créditos extemporâneos		19	
Incentivos fiscais			
SUDAM	22.1	957	
Outras		188	59
Resultado de IRPJ e CSLL		(558)	2.083
Alíquota Efetiva		10,79%	34,14%

22.1 SUDAM

Em 19 de novembro de 2018 a Companhia obteve junto à SUDAM o Laudo Constitutivo nº 109/2018, atestando o atendimento a todas as condições e requisitos legais exigidos, para o reconhecimento do direito à redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, por um período de 10 anos a partir do exercício fiscal de 2018. A Companhia apresentou pleito de renovação com base na modernização total e a SUDAM emitiu, em dezembro de 2024, o Laudo Constitutivo No 139/2024, cujo período de fruição é de 10 anos, retroativo a janeiro de 2024, ou seja, com validade de 01/01/2024 a 31/12/2033.

23 Resultado por ação

O resultado básico por ação da Companhia é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas.

A Companhia não operou com instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito diluível ou antidiluível sobre o resultado por ação do exercício. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o exercício é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	2024	2023
Resultado líquido do exercício atribuível aos acionistas	4.613	(4.019)
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores (mil)	728.000	728.000
Resultado básico e diluído por ações (reais/ação)	0,00634	(0,00552)

24 Instrumentos financeiros e Gestão de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é efetuada por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc.), a qual é reportada regularmente por meio de relatórios de risco disponibilizados à Administração.

Com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas comparadas às condições vigentes no mercado por meio de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam efetuadas com a devida segregação de funções.

24.1 Instrumentos financeiros

Instrumentos financeiros são definidos como qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Estes instrumentos financeiros são reconhecidos imediatamente na data de negociação, ou seja, na concretização do surgimento da obrigação ou do direito e são inicialmente registrados pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos financeiros são baixados desde que os direitos contratuais aos fluxos de caixa expirem, ou seja, a certeza do término do direito ou da obrigação de recebimento, da entrega de caixa, ou título patrimonial. Para essa situação a Administração, com base em informações consistentes, efetua registro contábil para liquidação.

A baixa pode acontecer em função de cancelamento, pagamento, recebimento, transferência ou quando os títulos expirarem.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

24.1.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Segue abaixo a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros da Companhia:

			Valor justo		Valor contábil	
	Nota	Níveis	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros						
Valor justo por meio do resultado						
No reconhecimento inicial ou subsequentemente						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Aplicações financeiras - renda fixa		Nível 2	72.562	99.197	72.562	99.197
			72.562	99.197	72.562	99.197
Custo amortizado						
Caixa e equivalentes de caixa	3					
Bancos conta movimento		Nível 2	8.045	2.698	8.045	2.698
Concessionárias	4	Nível 2	23.844	27.289	23.844	27.289
Cauções	8	Nível 2	89.975	69.674	89.975	69.674
Outros créditos - Partes relacionadas	7	Nível 2		20		20
			121.864	99.681	121.864	99.681
			194.426	198.878	194.426	198.878
Passivos financeiros						
Custo amortizado						
Fornecedores	13	Nível 2	16.242	19.570	16.242	19.570
Debêntures	14	Nível 2	158.343	192.360	164.123	184.515
Uso do bem público		Nível 2	15.278	12.023	15.278	14.734
Empréstimos e financiamentos	15					
Moeda nacional		Nível 2	542.427	560.885	542.427	560.885
Outras contas a pagar - Partes relacionadas	7	Nível 2	15		15	
Licenças ambientais	17.2	Nível 2	7.712	9.349	7.712	9.349
			740.017	794.187	745.797	789.053

24.1.1.1 Ativos financeiros

Na análise para a classificação dos ativos financeiros a Companhia avalia os seguintes aspectos: (i) o modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros; e (ii) as características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, os ativos financeiros são classificados e mensurados conforme descrito abaixo:

• **Custo amortizado**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de manter o ativo financeiro para receber fluxos de caixa contratuais e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

Se a Companhia, conforme seu modelo de negócio, possui a intenção de receber os fluxos de caixa contratuais, tanto pela manutenção quanto pela venda do ativo financeiro, e se os mesmos constituem recebimentos de principal e juros sobre o valor original.

• **Valor justo por meio do resultado (VJR)**

Se a Companhia possui um ativo financeiro que não se enquadra na classificação de custo amortizado ou VJORA ou quando a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes.

24.1.1.2 Passivos financeiros

Posteriormente ao reconhecimento inicial pelo seu valor justo, como regra geral, os passivos financeiros são classificados e mensurados como custo amortizado.

Os passivos financeiros apenas serão classificados como VJR se forem: (i) derivativos; (ii) passivos financeiros decorrentes de ativos financeiros transferidos que não se qualificaram para desreconhecimento; (iii) contratos de garantia financeira; (iv) compromissos de conceder empréstimo em taxa de juros abaixo do praticado no mercado; e (v) contraprestação contingente reconhecida por adquirente em combinação de negócios.

A Companhia também poderá classificar um passivo financeiro como VJR quando: (i) a Companhia desejar eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência de mensuração ou de reconhecimento que, de outro modo, pode resultar da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas nesses ativos e passivos em bases diferentes; ou (ii) o desempenho de um passivo financeiro é avaliado com base no seu valor justo de acordo com uma estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento fornecidas internamente pela Administração da Companhia.

24.1.2 Valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós-fixadas, e utiliza como taxa de desconto o Depósito Interbancário - DI futuro divulgado pela B3, exceto quando outra taxa for indicada na descrição das premissas para o cálculo do valor justo, e considerando também o risco de crédito próprio da Companhia e da Contraparte, de acordo com o CPC 46. Este procedimento pode resultar em um valor contábil diferente do seu valor justo principalmente em virtude dos instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares.

No caso dos Empréstimos e financiamentos (Nota 15), de acordo com o CPC 12, não é aplicável a técnica de ajuste a valor presente ao contrato com o BNDES, uma vez que este contrato possui características próprias.

As operações com instrumentos financeiros da Companhia que apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo são decorrentes do fato destes instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado do uso do bem público, das debêntures e licenças ambientais diferem do seu valor contábil.

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos dos instrumentos financeiros, que diferem do valor contábil, são divulgadas a seguir levando em consideração os prazos e relevância de cada instrumento financeiro:

Debêntures: são mensurados por meio de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas por meio das curvas de juros de mercado. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto, incluindo o risco de crédito.

24.1.2.1 Mensuração a valor justo de instrumentos financeiros

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
(b) Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e
(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.
A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no exercício.

24.2 Gestão de risco

A Companhia adota a política de gestão de riscos da EDP - Energias do Brasil que abrange todas as suas unidades de negócios. As operações que envolvem riscos são deliberadas pela Administração da Companhia. Cabe ao Comitê de Risco garantir a governança do processo e atuar como elo entre a alta direção e a operação rotineira. Sua função é gerenciar e supervisionar todos os fatores de risco que possam provocar impactos nas atividades e nos resultados da Companhia, além de propor metodologias e melhorias ao sistema de gestão.

24.2.1 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.
As Debêntures e os Empréstimos e financiamentos da Companhia, apresentados nas notas 14 e 15, possuem regras contratuais para os passivos financeiros fundamentalmente atreladas ao risco de mercado associados ao TJLP e IPCA.
Deve-se considerar que a Companhia está exposta à oscilação da taxa SELIC e da inflação, podendo ter um custo maior na realização dessas operações. A Companhia não possui exposições à variação cambial e juros atreladas a dívidas em moeda estrangeira.

24.2.1.1 Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas através de consultorias especializadas, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

			Aging cenário provável			Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
Operação	**Risco**	**Saldo da exposição**	**Até 1 ano**	**2 a 5 anos**	**Acima de 5 anos**	**Provável**	**Aumento do risco em 25%**	**Aumento do risco em 50%**	**Redução do risco em 25%**	**Redução do risco em 50%**
Aplicação financeira - CDB	CDI	72.562	4.429			4.429	1.063	2.111	(1.080)	(2.178)
Cauções e depósitos vinculados	CDI	89.975	2.748			2.748	648	1.283	(663)	(1.341)
Instrumentos financeiros ativos	**CDI**	162.537	7.177	-	-	7.177	1.711	3.394	(1.743)	(3.519)
Empréstimos e financiamentos - BNDES	TJLP	(543.807)	(51.476)	(161.629)	(144.842)	(357.947)	(65.785)	(130.568)	66.819	134.706
Instrumentos financeiros passivos	**TJLP**	(543.807)	(51.476)	(161.629)	(144.842)	(357.947)	(65.785)	(130.568)	66.819	134.706
Debêntures	IPCA	(164.255)	(11.085)	(22.565)	(824)	(34.474)	(3.763)	(7.662)	3.634	7.142
Instrumentos financeiros passivos	**IPCA**	(164.255)	(11.085)	(22.565)	(824)	(34.474)	(3.763)	(7.662)	3.634	7.142

As curvas futuras dos indicadores financeiros CDI, TJLP e IPCA estão em acordo com o projetado pelo mercado e alinhadas com a expectativa da Administração da Companhia.
Os indicadores tiveram seus intervalos conforme apresentado a seguir: CDI entre 20,7% e 4,5% a.a.; TJLP entre 12,2% e 3,4% a.a.; e IPCA entre 12,9% e -0,6% a.a.

24.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os valores contratados e os liberados são apresentados nas notas 14 e 15.
A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.
Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3) e Concessionárias (Nota 4). A Companhia apresenta em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata e Equivalentes de caixa que são aplicações financeiras que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.
A Companhia também gerencia o risco de liquidez por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela análise de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2024, incluindo principal e juros, considerando a data mais próxima em que a Companhia espera liquidar as respectivas obrigações.

	31/12/2024							31/12/2023
	Até 1 mês	**De 1 a 3 meses**	**De 3 meses a 1 ano**	**De 1 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**AVP**	**Total**	**Total**
Passivos financeiros								
Fornecedores		561	15.681				16.242	19.570
Debêntures			29.882	134.241			164.123	184.515
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	3.817	6.300	17.707	160.646	353.957		542.427	560.885
Juros vincendos de empréstimos, financiamentos e debêntures	6.268	8.779	44.969	104.963	235.964		400.943	417.088
Uso do bem público	106	211	977	3.938	25.819	(15.773)	15.278	14.734
Licenças ambientais	222	2.827	1.760	3.429		(526)	7.712	9.349
Outras contas a pagar - Partes relacionadas				15			15	-
	10.413	18.678	110.976	407.232	615.740	(16.299)	1.146.740	1.206.141

24.2.2.1 Vencimento antecipado de dívidas

A Companhia possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritivas *(covenants)* normalmente aplicável a esse tipo de operação, relacionada ao atendimento de índice financeiro.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de dívida pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos principais *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente nas notas 14 e 15. Até a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024 todos os covenants das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Em 31 de dezembro de 2024, o *covenant* de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD maior ou igual a 1,20 referente aos contratos de financiamento, descrito na nota 15, não foi atendido, considerando a apuração com base nos 12 meses encerrados em 31 de dezembro de 2023, conforme contratos de financiamento. Dessa forma, a Companhia aumentou o saldo da Conta Reserva do BNDES de 3 (três) para 6 (seis) vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, conforme definido pela cláusula do covenant financeiro. Assim como o referido ICSD, a Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as cláusulas restritivas e as mesmas encontram-se em conformidade nos respectivos contratos.

Além do controle de *covenants* atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas para os Empréstimos e financiamentos (Nota 15) e Debêntures (Nota 14). Essas garantias contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

24.2.3 Risco hidrológico

A energia vendida pela Companhia depende das condições hidrológicas. Adicionalmente, a receita da venda é vinculada à energia assegurada, cujo volume é determinado pelo órgão regulador e que consta do contrato de concessão. As condições conjunturais do sistema nos últimos anos, com baixas vazões e baixo armazenamento das hidrelétricas, têm provocado uma diminuição significativa da produção de energia com fonte hidráulica e aumentando os custos na aquisição de energia. A mitigação desse risco se dá pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, que é um mecanismo financeiro de compartilhamento dos riscos hidrológicos entre as usinas participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN operado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS. Todavia, em momentos extremos de baixo armazenamento, o MRE expõe a Companhia a um rateio com base no PLD, gerando um dispêndio com GSF para os geradores hidrelétricos.

Para reduzir a exposição a este risco, a Companhia aderiu à proposta de repactuação do risco hidrológico, para o montante de energia contratado no ACR, pela transferência de 89% deste risco hidrológico remanescente para a Conta Centralizadora de Bandeiras Tarifárias - CCRBT mediante pagamento de prêmio mensal médio de R$114.

24.2.4 Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar impactos negativos significativos ao meio ambiente. Tendo isso em vista, a controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, em seus diversos segmentos de atuação, trabalha com respeito ao meio ambiente e estabelece compromissos relativos à melhoria contínua da gestão ambiental, visando prevenir, mitigar e, quando necessário, recuperar e compensar os impactos de suas operações. Essa conduta é norteada: (i) pela legislação vigente, que impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados; e (ii) pela Política de Segurança, Qualidade e Sustentabilidade da controladora em conjunto, que é aplicável a todas as suas unidades de negócio e que reforça a obrigatoriedade de atendimento aos requisitos legais aplicáveis, além do compromisso com a gestão dos riscos ambientais, disseminação do conhecimento sobre o uso eficiente dos recursos naturais e contribuição com as melhores práticas na cadeia de valor.

24.2.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende à possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está principalmente relacionada às rubricas abaixo:

• Concessionárias

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, sendo que esses mecanismos agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais.

O risco decorrente da possibilidade da Companhia em apresentar perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo, considerando as garantias contratuais apresentadas no âmbito dos contratos de energia no ACR.

• Caixa, Equivalentes de caixa e Cauções

A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base em políticas corporativas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o *rating* do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

A Companhia opera apenas com instituições financeiras cuja classificação de risco seja no mínimo A na agência Fitch Ratings (ou equivalente para as agências Moody's ou Standard & Poor's). Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, todas as aplicações financeiras da Companhia encontram-se em instituições financeiras com *rating* de crédito AAA.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos de crédito significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

24.2.6 Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pelas agências reguladoras (Agência Nacional de Águas - ANA e ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (CCEE, Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, MME, Empresa de Pesquisa Energética - EPE e ONS). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

24.2.7 Gestão de capital

Os objetivos da Administração ao administrar o capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo e manter a liquidez financeira adequada.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações, por exemplo, para reduzir o nível de endividamento.

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos e debêntures	706.550	745.400
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(80.607)	(101.895)
(-) Cauções	(89.975)	(69.674)
Dívida líquida	535.968	573.831
Total do Patrimônio Líquido	560.297	555.684
Total do capital	1.096.265	1.129.515
Índice de alavancagem financeira - %	48,89%	50,80%

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

25 Demonstrações dos Fluxos de Caixa

25.1 Atividades de financiamento

Em conformidade com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, seguem abaixo as mudanças ocorridas nos ativos e passivos decorrentes das atividades de financiamento, incluindo os ajustes para conciliar o lucro:

		2024				
				Efeito não caixa		
	Nota	Saldo em 31/12/2023	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2024
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento						
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	8	69.674	10.804	9.497		89.975
		69.674	10.804	9.497	-	89.975
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento						
Debêntures	14	184.515	(42.321)	10.285	11.644	164.123
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	15	560.885	(66.739)	8.306	39.975	542.427
		745.400	(109.060)	18.591	51.619	706.550
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)		675.726	(119.864)	9.094	51.619	616.575

	2023				
			Efeito não caixa		
	Saldo em 31/12/2022	Efeito caixa	Variação monetária e cambial	Adições/ baixas	Saldo em 31/12/2023
(Aumento) diminuição de ativos de financiamento					
Cauções vinculados a empréstimos, financiamentos e debêntures	64.610	(3.510)	8.574		69.674
	64.610	(3.510)	8.574	-	69.674
(Aumento) diminuição de passivos de financiamento					
Debêntures	203.113	(42.460)	8.621	15.241	184.515
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	577.952	(67.963)	5.728	45.168	560.885
	781.065	(110.423)	14.349	60.409	745.400
Movimento relativo às atividades de financiamento (Passivos de financiamento (-) Ativos de financiamento)	716.455	(106.913)	5.775	60.409	675.726

25.2 Transações não envolvendo caixa

Em conformidade com o CPC 03 (R2), as transações de investimento e financiamento que não envolveram o uso de caixa ou equivalentes de caixa não devem ser incluídas na demonstração dos fluxos de caixa.

Todas as atividades de investimento e financiamento que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, não estão refletidas em nenhuma rubrica da demonstração do fluxo de caixa, estão demonstradas abaixo:

	2024	2023
Provisão (Reversão) para custos com licença ambiental no imobilizado e intangível	(827)	7.315
Provisão para contingências no imobilizado e intangível	731	2.385
Total	(96)	9.700

26 Compromissos contratuais e Garantias

26.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2024 a Companhia apresenta os compromissos contratuais, não reconhecidos nas demonstrações financeiras, apresentados por maturidade de vencimento.

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia atualizados com as respectivas taxas projetadas e ajustados ao valor presente pela taxa de 7% a.a. que representa a taxa de captação de recursos de longo prazo para a construção do empreendimento na data do reconhecimento.

	31/12/2024					31/12/2023
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia	6.758	11.383	9.570	27.254	54.965	60.657
Materiais e serviços	19.643	10.346	1.265	1.642	32.896	34.995
	26.401	21.729	10.835	28.896	87.861	95.652

Os compromissos contratuais referidos no quadro abaixo refletem os mesmos compromissos contratuais demonstrados acima, todavia, estão atualizados com as respectivas taxas na data-base de 31 de dezembro de 2024, ou seja, sem projeção dos índices de correção, e não estão ajustados a valor presente.

	31/12/2024					31/12/2023
	2025	2026 e 2027	2028 e 2029	A partir de 2030	Total geral	Total geral
Obrigações de compra						
Compra de Energia	4.847	9.694	9.694	43.622	67.857	70.300
Materiais e serviços	18.761	12.264	1.776	3.436	36.237	36.433
	23.608	21.958	11.470	47.058	104.094	106.733

26.2 Garantias

		Limite máximo garantido	
Tipo de garantia	Modalidade	31/12/2024	31/12/2023
Ações judiciais	Seguro Garantia	57.364	48.556
Outros	(i) Fiança bancária e (ii) Seguro Garantia	1.836	1.175
		59.200	49.731

Os valores em garantia de Debêntures (Nota 14), Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 15) e Provisões (Nota 17), estão demonstrados em suas respectivas notas.

27 Cobertura de seguros

A Companhia mantém apólices de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, consequentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

Docusign Envelope ID: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85

Os principais valores em risco com coberturas de seguros são:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Valor em risco	Limite máximo de indenização	Valor em risco	Limite máximo de indenização
Subestações	15.868		15.868	
Usina	718.822	200.000	718.822	200.000
Linhas de Transmissão	14.224		14.224	
Responsabilidade civil		50.000		50.000
Transportes (veículos)		360		360
Seguro de vida	3.786		2.947	(*)

(*) O valor de indenização será de 24 vezes o salário do colaborador, sendo o limite máximo de R$581 até o cargo de diretor. Para os cargos de vice-presidente e presidente o limite máximo é de R$1.452.

A Companhia possui seguro patrimonial da usina onde, dentre os itens segurados, destacam-se: máquinas e equipamentos de geração e transmissão de energia elétrica.
A Companhia possui cobertura para riscos de Responsabilidade Civil, em apólice corporativa da controladora em conjunto EDP - Energias do Brasil, cujo os limites são apresentados abaixo:
(i) Responsabilidade civil geral, com cobertura de até R$50.000;
(ii) Responsabilidade civil ambiental, com cobertura de até R$25.583;
(iii) Responsabilidade civil de administradores e diretores, com cobertura de até R$150.000; e
(iv) Responsabilidade civil de riscos cibernéticos, com cobertura de até R$5.327.

* * *

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Presidente

Liyi Zhang
Conselheiro

Maria Marta de Figueiredo Geraldes
Conselheira

Silvio Alexandre Scucuglia da Silva
Conselheiro

Evandro Leite Vasconcelos
Conselheiro

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Luis Fernando Mendonça de Barros Filho
Diretor-Presidente

Fernando Fleischer Ferrari
Diretor Financeiro

Sérgio Ricardo de Marcon Fonseca
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

Leandro Carron Rigamontte
Diretor - Accounting SA

Alfredo Antonio Tessari Neto
Contador - CRC 1SP176534/O-5 "S" AP

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 51A6989F-7D50-4201-B455-81B36386BA85
Assunto: EDP: 31.12.2024 - CACHOEIRA CALDEIRAO
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Envelope fonte:
Documentar páginas: 32
Certificar páginas: 8
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Assinaturas: 1
Rubrica: 0

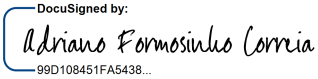
Status: Concluído

Remetente do envelope:
Debora Silva
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
debora.silva@pwc.com
Endereço IP: 134.238.159.65

Rastreamento de registros

Status: Original
27 de fevereiro de 2025 | 17:19
Portador: Debora Silva
debora.silva@pwc.com
Local: DocuSign

Status: Original
28 de fevereiro de 2025 | 18:02
Portador: CEDOC Brasil
BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Adriano Formosinho Correia adriano.correia@pwc.com Sócio Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP Smart Card Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5 **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Aceito: 09 de maio de 2022 | 18:19 ID: faf2135b-0385-43b0-a725-1767f70df9d0 Nome da empresa: PwC	DocuSigned by:  99D108451FA5438... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 134.238.159.64	Enviado: 28 de fevereiro de 2025 | 08:30 Visualizado: 28 de fevereiro de 2025 | 18:01 Assinado: 28 de fevereiro de 2025 | 18:02

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Debora Silva debora.silva@pwc.com Gerente PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma) **Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:** Não oferecido através da Docusign	Copiado	Enviado: 28 de fevereiro de 2025 | 18:02 Visualizado: 28 de fevereiro de 2025 | 18:02 Assinado: 28 de fevereiro de 2025 | 18:02

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	28 de fevereiro de 2025 | 08:30
Entrega certificada	Segurança verificada	28 de fevereiro de 2025 | 18:01
Assinatura concluída	Segurança verificada	28 de fevereiro de 2025 | 18:02
Concluído	Segurança verificada	28 de fevereiro de 2025 | 18:02

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a $0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:
To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;

ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures', you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.